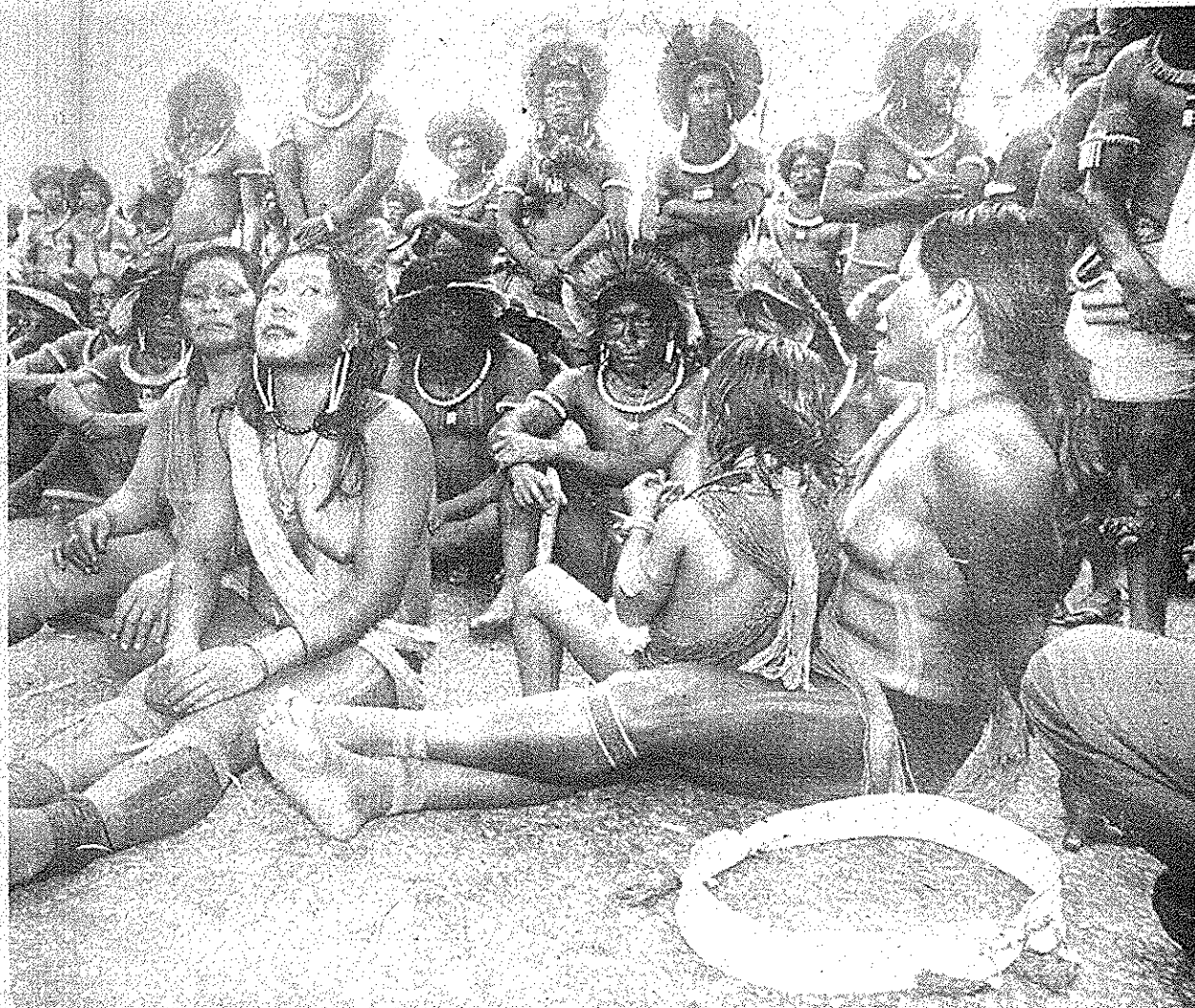


# O provável fim das populações indígenas do Xingu



Os estudiosos temem a repetição dos problemas verificados em Balbina e Tucuruí.

A implantação do Complexo Hidrelétrico do Xingu pode ser a etapa final no processo de dizimação e confinamento das populações indígenas localizadas no Xingu. Este é o alerta que fazem os estudiosos que participaram dos estudos apresentados no livro "As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas", que será lançado pela Comissão Pró-Índio no dia 9 de dezembro, em São Paulo.

Junto com o lançamento, haverá uma programação, durante todo o dia, de debates sobre o tema. O objetivo, tanto do livro como das discussões, é iniciar a polémica em torno do assunto, para evitar a repetição dos problemas verificados, em relação às populações indígenas, em hidrelétricas como Balbina e Tucuruí. Multidisciplinares, os artigos do livro discutem as viabilidades das hidrelétricas, a necessidade social de execução destas obras e o impacto sobre as populações indígenas, analisando experiências recentes e expondo alternativas.

Mesmo os pesquisadores que se mostram favoráveis aos projetos hidrelétricos — no livro existe um artigo do engenheiro civil Fernando Cunha, sobre o processo decisório e os aspectos tecnológicos da implantação de hidrelétricas, que ressalta a necessidade de se garantir energia para os próximos anos, especialmente para o sul e sudeste do país, onde a demanda é maior — ressaltam a necessidade de serem estudadas todas as hipóteses e viabilidades do projeto, para que não se repitam erros cometidos em outras hidrelétricas, como a aniquilação da fauna aquática original e os prejuízos às populações indígenas,

além da elevação do custo final da obra, muitas vezes triplicado em relação aos cálculos iniciais, que tornam a energia cara.

**Aniquilamento**

No estudo realizado pelos pesquisadores Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo, e pela cientista social Lúcia de Andrade, que realizaram um levantamento sobre os povos do Médio Xingu, é historiado todo o processo de contato com os povos daquela área, como eles foram, progressivamente, sendo expulsos de suas terras originais ou morrendo devido ao contato com os brancos, devido ao surgimento de doenças até então desconhecidas entre eles, como a gripe, que provocaram verdadeiras exterminações.

Desde o século XVII, quando os portugueses expulsaram os holandeses dos fortes que ocupavam no baixo Xingu, iniciou-se uma intensa atividade de catequese e redução dos índios naquela localidade. Durante um século, entre 1655 e 1760, as missões foram responsáveis pela redução dos povos, o que, aliado à prática de captura dos índios para fins de utilização como mão-de-obra escrava, reduziu drasticamente o contingente populacional.

O quadro de extermínio continuado prosseguiu durante os anos, sendo acelerado com o surto desenvolvimentista da década de 70, que abriu a fronteira para colonizadores, especialmente com a construção da Transamazônica, e provocou, pelos incentivos fiscais, a implantação de grandes projetos na região, tendência ampliada na década de 80.

**Confinamento**

"Neste longo processo, povos inteiros desapareceram, como os Ta-

kunypapé e os Pacajá", contam os pesquisadores. "Outros resistiram e migraram, como os Wayapi, que atravessaram o Amazonas e se instalaram no Amapá, e os Juruna, Xipai e Arara, que foram se deslocando para o sul, em demanda de áreas menos acessíveis, nas cabeceiras dos rios ou nas zonas de terra firme".

Missões, cientistas, "expedições de atração" do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) — que muitas vezes eram as responsáveis pela transmissão das doenças que provocavam a morte de dezenas de índios — e mesmo a guerra entre as tribos foram provocando, cada vez mais, a diminuição no número da população indígena. Ao longo dos anos, o SPI e depois a Funai foram confinando os índios em áreas determinadas, tanto para evitar conflitos como para ter maior controle sobre os grupos.

"Criando condições para o que os planejadores chamam de 'desenvolvimento regional integrado', isto é, estabelecendo a infra-estrutura para a ocupação da área por grandes projetos mineradores e agroindustriais e fazendo as terras da região se valorizarem no mercado, o Complexo Hidrelétrico do Xingu irá — na melhor das hipóteses — definir um novo patamar no processo de confinamento territorial dos povos indígenas que ali resistem", alertam os dois pesquisadores.

Segundo eles, as obras de construção de hidrelétricas ao longo do rio Xingu vão tornar os territórios indígenas ainda mais vulneráveis, "seja por facilitar o acesso às terras indígenas para quem as cobra, seja por produzi-las como espaço políticamen-

te vazio para descarga de conflitos fundiários que estão surgindo com o fechamento antecipado da fronteira camponesa".

A possibilidade contra os povos indígenas se amplia, de acordo com os pesquisadores, "mediante a injeção 'modernizadora' de recursos financeiros nas áreas indígenas, via Funai, cujo resultado ou objetivo, nas condições presentes, é a articulação de uma dependência econômica máxima dos povos indígenas, que prepara a 'integração' destes povos — isto é, sua sujeição, como se fossem nações inimigas vencidas em uma guerra e não partes integrantes da sociedade brasileira, com direitos históricos originá-

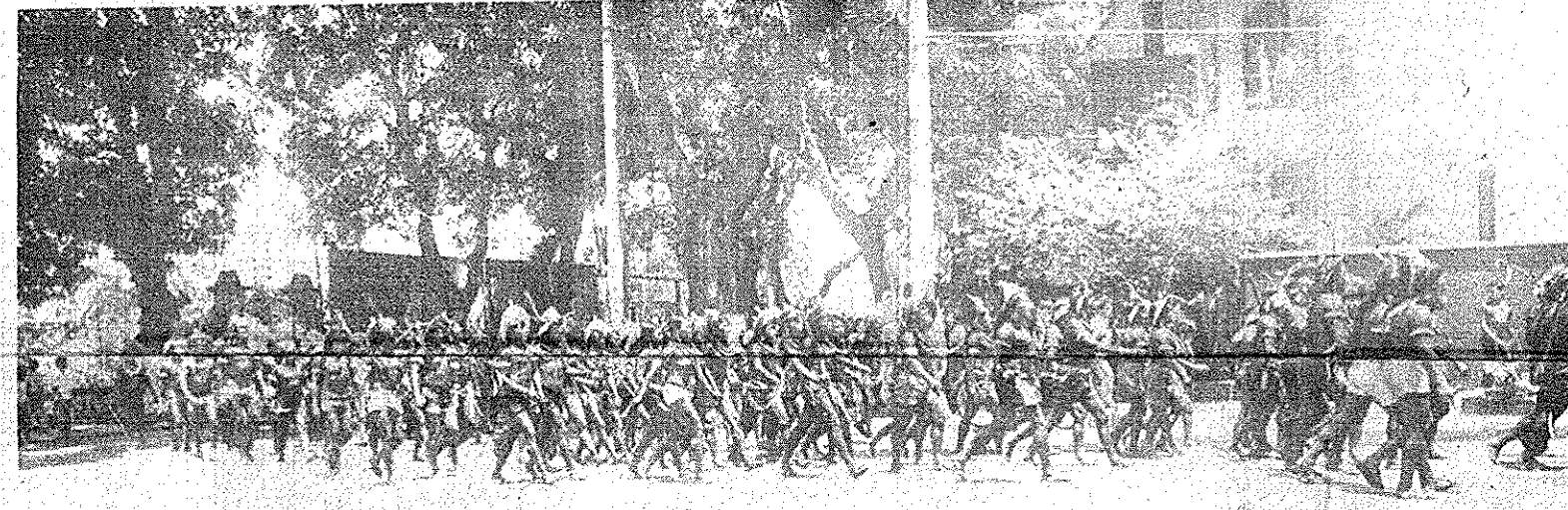
rios sobre as terras que ocupam".

**Repetir Tucuruí?**

O antropólogo Antônio Magalhães, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que escreveu o histórico do povo indígena Parakanã para o livro, afirma, ao final do seu artigo, que os projetos devem ser avaliados pelo potencial de perigo que representam: "Há a considerar a ameaça que paira sobre os povos indígenas e seus territórios, qual seja a da implantação e da construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu. Tendo seu início estabelecido mediante a construção das UHEs de Kararaó e Babaquara, todos os aldeamentos serão atingidos, direta ou indiretamente, pela

formação dos reservatórios de ambos os barramentos".

Para ele, o projeto de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Xingu não pode e nem deve ser visto como uma decisão impossível de modificar. "Não há por que considerar este projeto enquanto fato consumado. Há, isto sim, de ser ele discutido o mais amplamente possível, em nível nacional e regional, por índios e não-índios, não permanecendo a discussão limitada somente aos organismos de Estado". No final do texto, a advertência explícita ao passado recente: "Repetir Tucuruí seria, no mínimo, imperdoável a um governo que se pretende democrático".



Os índios têm suas árvores afetadas pelas barragens, mas nunca são consultados sobre o que vai acontecer.

## Índio: em luta por seus direitos

É preciso distinguir, para poder articular, a luta pela defesa do ambiente e pelo respeito aos direitos dos povos indígenas. "Em ambas, os índios são parte interessada, mas como sujeitos que lutam para ver reconhecidos seus direitos e não como partes componentes de ambiente físico ou ideológico da sociedade envolvente, isto é, como objetos de direitos alheios", dizem os pesquisadores Eduardo Castro, doutor em Antropologia Social, e Lúcia de Andrade, socióloga e pesquisadora da Comissão Pró-Índio.

No trabalho que tem como título "Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas", os pesquisadores relembram os remanejamentos de nações indígenas ocorridos durante a construção de hidrelétricas de Balbina, no Amazonas, e Tucuruí, no Pará, onde os territórios indígenas foram alagados, e afirmam que a Eletrobrás, em uma "perversão característica do discurso dos planejadores governamentais", considera o índio como um "problema ambiental para as grandes obras de engenharia".

Eduardo Castro e Lúcia de Andrade reclamam que os índios que têm suas áreas afetadas pelas barragens nunca são consultados sobre o que vai acontecer. "Consultados, seria, talvez, pedir demais, já que ninguém o foi; porém, desde 1975 estuda-se e planeja-se o aproveitamento hidrelétrico do Xingu e até hoje, às vésperas do início das obras do Complexo de Altamira, estes povos não foram sequer avisados do que se lhes prepara", dizem eles.

a Funai, muito mais do que prestar uma real assistência às comunidades indígenas".

Levar ao Congresso

Os pesquisadores propõem a paralisação dos estudos e trabalhos na área "para uma reavaliação de todo o projeto de aproveitamento hidrelétrico da bacia do Rio Xingu, no âmbito do Congresso Nacional, com a participação dos índios da população regional diretamente atingida e dos mais diversos setores da sociedade civil".

Nas críticas ao projeto de construção de hidrelétricas de Altamira, os pesquisadores alertam para a celeridade e a falta de cuidado com que são realizados os estudos de impacto ambiental, que têm como ponto principal o meio ambiente, do qual, segundo a ótica do "paternalismo arrogante do Estado-engenheiro", os índios são parte e não sujeito.

Para os pesquisadores, a Eletrobrás erra no entendimento do que é natureza: "As sociedades indígenas não podem ser vistas como naturalmente integradas à natureza. Mas se não podem, é porque seu comércio com o ambiente — com peixes e pássaros, plantas e águas, tempo e espaço — liga-se a ele por um conjunto de relações que já são integralmente sociais, isto é, relação entre sujeitos. A natureza só existe para aqueles que pensam estar fora dela, que a constituem com o resíduo não humano a serviço do homem. Para os índios, tudo é sociedade: para esta versão primitiva do Ocidente encarnada no Estado brasileiro, tudo é natureza (os índios inclusive) menos, evidentemente, quem manda".

Altamira: projeto decisivo

"As usinas de Kararaó e Babaquara e seus reservatórios representam um passo decisivo na história da verdadeira guerra movida pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas. Os Juruna, Arara, Kararaó, Kijrin, Assurini, Araweté e Parakanã estarão diante de um salto qualitativo no processo de confinamento e expropriação territorial, redução demográfica, sujeição política e destruição sócio-cultural planejada a que vêm sendo submetidos desde o final do século XVI. Seus territórios serão parcial ou totalmente submersos, várias de suas aldeias serão deslocadas, terão que enfrentar efeitos desorganizadores sobre suas formas econômicas e políticas; por fim, os 'benefícios' que lhes serão outorgados como 'compensação' irão constituir, no mínimo, um novo conjunto de injunções externas que deverão lutar para controlar", alerta o estudo.

Os pesquisadores criticam duramente a Eletrobrás, a quem acusam de ter uma visão invertida da realidade, baseados na análise do Plano Diretor de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico, que é a análise ambiental do Plano Nacional de Energia Elétrica da empresa, para o período de 1987 até 2010. O plano, que eles classificam de "ambientalismo oficial", tem "uma concepção essencialmente autoritária do que seja uma política pública e uma inversão perversa da hierarquia entre razão técnica e razão social".

"Em um sistema onde parece vigorar a idéia de que a sociedade está a serviço da economia e não a economia a serviço da sociedade, os povos indígenas não podem senão ser vistos como obstáculos a um desenvolvimento econômico que

tem suas próprias razões", afirma o estudo. A inversão perversa, segundo os pesquisadores, está na alteração da visão de ambiente: "Na concepção expressa no documento da Eletrobrás, o 'ambiente' é o ambiente do sistema elétrico. O lugar do sujeito do ambiente é deslocado para a obra de engenharia. O reservatório e as barragens são o 'ambiente'; as populações humanas afetadas são parte componente deste ambiente".

Empecilhos no progresso

Os pesquisadores alertam para os termos utilizados no documento da Eletrobrás, ao dizer que as comunidades indígenas "ocorrem com frequência" nas áreas escolhidas, "quando o caso parecia ser o das obras hidrelétricas 'ocorrem' com frequência em áreas indígenas". Para eles, o documento apresenta a ideologia oficial, com "poder cosnético e mistificador".

Ao definir a relação entre Estado e índios como de proteção, este discurso "escamoteia a violência e a ambivalência. Se, de um lado, o índio possui um valor simbólico muito grande na ideologia de nacionalidade, de outro ele sempre foi considerado um empecilho ao progresso e ao desenvolvimento", alerta o estudo, concluindo: "A 'proteção' que é oferecida aos povos indígenas, na verdade, pressupõe um 'atraso cultural' destas sociedades e visa apenas sustar seu desaparecimento físico imediato, enquanto se espera sua integração (dissolução enquanto grupo étnico diferenciado) na sociedade brasileira".

Tucuruí: exemplo

Citando o exemplo das obras de Tucuruí, que inundaram 2.430 quilômetros quadrados — sendo que cerca de 36% era terra dos Parakanã, obrigando a transferência de duas aldeias — e invadiu de 60 a 70% das áreas dos índios Gavião, localizadas na margem direita do Tocantins, os pesquisadores dizem que não há condições de os povos indígenas permanecerem em suas áreas quando começam as obras.

Na terra dos Gavião durante os trabalhos de construção, circulavam diariamente tratores e caminhões, foram abertas estradas, a área foi desmatada e do seu interior retirada areia para as obras. A Eletrobrás construiu três torres de alta tensão no local onde, até o início de 1987, encontrava-se a aldeia.

As terras dos Gavião haviam sido concedidas por decreto, em 1955. A Eletrobrás, entretanto, se recusou a reconhecê-la como área indígena e, na época da transferência, em 1977, os Gavião foram indenizados unicamente pelas benfeitorias. Só em 1984 sete anos depois, os Gavião receberam C\$ 50 milhões (pelo padrão monetário da época) a título de indenização.

Transferidos para a reserva indígena Mãe Maria, na divisa entre Marabá e São João do Araguaia, os Gavião ainda assim continuaram a sentir os efeitos indesejados da obra: a área foi cortada por um corredor de 150 metros de largura e 19 quilômetros de extensão, para instalar a linha de transmissão de alta tensão subsidiária de Tucuruí.

Quando iniciou os levantamentos topográficos nas áreas, em 1976, a Eletrobrás alegou desconhecer a existência de terra indígena naquela local. Outro engano, no meio de tantos cometidos contra as nações indígenas: "Cabe lembrar que a reserva indígena Mãe Maria foi instituída legalmente em 1943", lembram os pesquisadores.

## Uma opção 'autoritária'

A decisão de utilizar o potencial hidráulico do rio Xingu, com o desenvolvimento de grandes hidrelétricas naquela região, depende, além de estudos de viabilidade técnica, de fatores sociais e políticos que devem ser analisados. Esta é a tese que defendem os pesquisadores Luiz Pinguelli Rosa, doutor em Física, e Roberto Schoeffler, mestre em Planejamento Energético, no artigo intitulado "A Política Energética Brasileira", que faz parte do livro "As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas", que a Comissão Pró-Índio estará lançando, no próximo dia 9, na Universidade de São Paulo (USP).

"Existem muitos aspectos que devem ser levados em conta, além dos fatores energéticos e econômicos", alertam os pesquisadores. "Há coisas que não têm preço e, portanto, não podem ser analisadas sob o critério econômico. Tal é o caso do deslocamento de uma nação indígena. Esta é uma questão que exige a inclusão de critérios políticos e sociais, ao lado de critérios econômicos e técnicos", conclui o artigo.

Discutindo a definição de uma política energética para o país, Luiz Pinguelli e Roberto Schoeffler afirmam que as metas do governo, nos últimos anos, foram no sentido de apoiar grandes projetos de geração de energia, como o hidrelétrico e o nuclear, baseados no argumento de um previsível choque energético, provocado pela escassez do petróleo. "Apesar desta política ter obtido, ao longo do tempo, um inquestionável sucesso em fomentar a industrialização e em expandir o PIB — Produto Interno Bruto — do país, esse processo tem-se dado às custas da criação e da exacerbção de um grande número de sérios problemas econômicos, sociais, ambientais e políticos".

A opção nuclear

A opção pela energia nuclear, a partir de 1985, deu-se, segundo os dois pesquisadores, de maneira "autoritária, sem qualquer participação da sociedade, por um programa nuclear de grandes proporções, por meio de um acordo com a República Federal da Alemanha, extremamente caro, bastante discutível, e que acabou paralisado pela crise econômica e por fatores intrínsecos à sua construção", afirmam eles.

Analisando as projeções de necessidade de energia para os próximos anos, os técnicos do governo optaram pela construção de imensas hidrelétricas, como Itaipu, com capacidade de geração de 12.600 megawatts. A partir de 1975, com a Alemanha, o país iniciou a construção de reatores nucleares, com capacidade de gerar 10.400 megawatts a partir de 1990, com oito reatores, e 75.000 megawatts em 2000, com 58 reatores. O primeiro programa, orçado em pouco mais de US\$ 10 bilhões, "custaria, de fato, ser executado, mais de US\$ 30 bilhões", garante o estudo.

Itaipu, cujo valor ficou em cerca de US\$ 15 bilhões, superou em muito sua previsão de custo. "Mesmo assim, seu quilowatt instalado foi muito inferior ao de Angra II, segundo reator brasileiro; ainda inacabado, e o primeiro construído como parte do acordo com os alemães". A opção pelo projeto nuclear deveu-se, segundo eles, à subestimação da capacidade hidrelétrica, que fez acelerar outras possibilidades energéticas.

Nordeste: sem energia

A partir da década de 80, o setor elétrico começou a ter dificuldades, por aliar a crise econômica ao "exagero da concentração de investimentos em grandes obras". Em um primeiro momento, afirma o estudo, houve um descompasso entre oferta e procura, com excesso de energia produzida, o que levou o governo a firmar contratos de venda dessa energia para a indústria. "Mas grave ainda é o caso da energia gerada em Tucuruí, que por desvios da política econômica nacional tem sido superproduzida e de alumínio instalada na região em troca de tarifas atualmente em torno de 17 milésimos de dólar por quilowatt consumido, contra um custo real de aproximadamente 45 milésimos de dólar, pelo mesmo KWh produzido".

A crise provocou a redução de investimentos e se somou à distorção de concen-

trar verbas na geração da energia, ao invés de investir na transmissão, o que causou a falta de energia no Sul. No Nordeste, a seca prolongada causou o mesmo efeito. Segundo Pinguelli e Schoeffler, o Nordeste poderia ter sua carência suprida pela energia de Tucuruí, "mas em função de um sistema produtivo existente, exportador, legitimado em grandes projetos industriais, (o Nordeste) vê seus sérios problemas sociais e econômicos agravados pelo cumprimento de contratos de fornecimento de energia a grandes complexos multinacionais de produção de alumínio".

O complexo do Xingu

Dentro desta perspectiva da realidade energética e com a necessidade de apontar novas soluções, foi realizado o inventário do rio Xingu, finalizado em 1979, estimando o potencial hidrelétrico daquele rio em cerca de 22 mil MW, dividido em cinco aproveitamentos, com a construção das hidrelétricas de Kararaó, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro e Jarina; e dois aproveitamentos no rio Iriri, principal afluente do Xingu.

Cerca de 75% deste potencial está concentrado em apenas dois aproveitamentos: Babaquara e Kararaó, os quais formam o complexo de Altamira. Babaquara, situada a montante de Altamira, deverá alagar uma área de 6.500 quilômetros quadrados (o equivalente a 5,5 vezes o lago formado por Itaipu ou quase três vezes o lago formado por Tucuruí) e ter uma potência instalada de cerca de seis mil MW — 18 turbinas com 366 MW de potência unitária, ou seja, menos da metade da potência instalada de Itaipu ou menos do que a potência instalada final de Tucuruí. Os custos finais estimados para Babaquara giram em torno de US\$ 6 bilhões, segundo a Eletrobrás, relata o estudo.

Kararaó

A segunda hidrelétrica do Complexo de Altamira, Kararaó, fica na jusante de Altamira. Há a previsão de formar um lago artificial com área de 1.500 quilômetros quadrados, comparável, em dimensão, ao formado em Itaipu, e ter uma potência instalada de cerca de 11 mil MW, a partir de 21 turbinas com 525 MW de potência unitária. Apesar da dimensão do lago, Kararaó deve gerar o equivalente a 90% da potência instalada de Itaipu, cujos custos finais, também estimados pela Eletrobrás em 1986, ficam em torno de US\$ 4,6 bilhões.

Pelo plano 2.010 da Eletrobrás, o Complexo de Altamira deve entrar em funcionamento entre os anos de 1988 e 2001. Os pesquisadores alertam para o perigo de as obras serem realizadas sem estudos de impacto ambiental. "Verifica-se que a política a ser seguida pelo setor elétrico, a curto e médio prazo, tende a repetir o passado recente de construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, de altos custos de investimento. Ao que tudo indica, os inevitáveis impactos ambientais só serão considerados tendo já como ponto consumado a decisão de fazer as obras".

Decisão compartilhada

A decisão de construir hidrelétricas a partir de dados meramente técnicos é criticada no estudo, que diz não ser "razoável pensar em construir um reator nuclear no centro de uma grande metrópole, mesmo que as projeções de energia e os critérios econômicos apontem para isso. Tampouco uma grande usina hidrelétrica deve ser implantada, obrigatoriamente, apenas por que previsões de demanda e análise de custo e benefício sinalizam para tal".

No final do artigo, os pesquisadores falam da importância de estudar o assunto, ouvindo-se todos os setores interessados e não decidindo isoladamente. "Não mais se justificam grandes usinas decididas à revelia da sociedade. O fato de terem sido identificados sítios promissores em termos de potencial hidrelétrico no rio Xingu não significa que, obrigatoriamente, os mesmos devem ser aproveitados", dizem os pesquisadores.

Eles complementam, dizendo que em um "regime democrático, a sociedade deve ter acesso a todos os estudos desenvolvidos para o país e ter meios institucionais para, se assim o desejar, vetar a implementação de qualquer um deles.